

Aviso de Contratação 15/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2024	380159-ESP-PENIT. JOAO BATISTA A. SAMPAIO	MAYRA SANTOS DE ALMEIDA SOUZA	06/09/2024 11:25 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00323503/2024-77

Folha Inaugural

Aviso de Contratação CONTRATAÇÃO DIRETA 90015/2024

CONTRATANTE (UASG)

380159 Penitenciaria João Batista de Arruda Sampaio de Itirapina

OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção e Conservação desta Unidade Prisional

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 14.997,56

DATA DA SESSÃO

Dia 19/09/2024

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08hs até 14hs (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

OBRIGATÓRIO:

Conta Corrente Banco do Brasil conforme DECRETO Nº 62.867, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017.

1. Objeto da Contratação Direta

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PENITENCIARIA JOÃO BATISTA DE ARRUDA SAMPAIO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90015/2024

(Processo Administrativo n.º006.00323503/2024-77)

Torna-se público que o(a) .PENITENCIARIA JOÃO BATISTA DE ARRUDA SAMPAIO, por meio do (a) SETOR ADMINISTRATIVO, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento (*menor preço*), na hipótese do art. 75, *inciso II*, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, observando a disciplina do referido diploma legal, do Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, e demais normas da legislação aplicável, e, ainda, as condições estabelecidas neste Aviso e em seus Anexos.

Data da sessão: 19/09/2024

Horário da Fase de Lances: 08 às 14hs

Link: <https://compras.gov.br/>

Critério de Julgamento: *Menor Preço*

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de Materiais para Manutenção e Conservação desta Unidade Prisional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Caso a documentação que compõe este Aviso estabeleça que o objeto desta dispensa eletrônica contém mais de um item, será facultado ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições do Termo de Referência.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. Registro de preços

2.1 A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

3. Participação na dispensa eletrônica

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico **www.gov.br/compras**.

3.1.1. O procedimento será divulgado no **Compras.gov.br** e no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP**, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2 Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.3. Em relação às regras aplicáveis à presente dispensa eletrônica relativas a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que: Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas 3.3.1 de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas neste item 3), nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.4.2. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

3.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.4.3.2. O impedimento de que trata a alínea “c” acima será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da

sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1 A vedação de que trata o item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.6. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma dispensa eletrônica, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Ingresso na Dispensa Eletrônica

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item 4.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto (se a indicação de marca pelo fornecedor for exigida neste Aviso), e o preço ou o desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente), até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O fornecedor **[NÃO]** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso), vinculam o Contratado.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

4.9.3 que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

4.9.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado no item subsequente.

4.10.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada na subdivisão anterior, o fornecedor deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, ficará facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance

final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso), obedecendo às regras das subdivisões desta disposição.

4.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.

4.11.2. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.11.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

5. Fase de lances

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item (conforme o critério de julgamento definido neste Aviso).

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido neste Aviso ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,05 (cinco centavos)**.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5.. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6.. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. Julgamento e aceitação das propostas

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Na hipótese a que se refere o item anterior, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.3.1. Além da documentação supracitada, caso o custo global estimado do objeto da dispensa eletrônica tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme indicado no Aviso, o fornecedor com a melhor proposta será convocado para encaminhar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, **especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

6.4.1. SICAF;

6.4.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.4.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.4.5. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);

6.4.7 Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.5. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Caso seja definido no item 1 deste Aviso que o objeto da dispensa de licitação consiste em execução de obra ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:

6.10.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário (caso assim definido pela documentação que integra este Aviso), o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

6.10.1.1. Nessa hipótese, aquele que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração (integrante da documentação que compõe este Aviso), para efeito de avaliação de exequibilidade ([art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

6.11. É vedado ao fornecedor incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade ([art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública ([art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.11.1. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do fornecedor, devendo a Administração determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do [art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.11.2. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

6.11.3. O fornecedor vencedor deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.11.4. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6.11.5. Caso seja definido no item 1 deste Aviso que o objeto da dispensa de licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), cuja produtividade seja mensurável e indicada na documentação que integra este Aviso, o fornecedor deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.5.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Aviso, o fornecedor deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.11.5.2. Os fornecedores poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5.3. Para efeito da subdivisão anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo fornecedor, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13. 1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.16. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.17. Caso seja estabelecida a exigência de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito na documentação que integra este Aviso como Anexo considerando o objeto do procedimento, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do fornecedor classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Aviso.

6.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. Habilitação

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. **A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do **SICAF** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **02 (duas) Horas**, sob pena de inabilitação. (art. 17, § 2º, do Decreto estadual nº 68.304, de 2024).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.10. A disciplina dos recursos, da adjudicação e da homologação encontra-se no item 12 deste Aviso.

8. Ata de registro de preços

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A disciplina deste item 8 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

9. Formação do cadastro de reserva

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

10. Contratação

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, sua formalização ocorrerá mediante a **emissão de nota de empenho**, cuja minuta integra este Aviso como Anexo

10.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada

10.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar

10.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “**Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL**”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

10.1.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6 deste Aviso.

10.2. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

10.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Aviso como Anexo;

10.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa

10.2.5.3. O fornecedor deverá manter as condições de habilitação e contratação previstas neste Aviso durante a vigência da contratação.

10.2.5.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na documentação que integra este Aviso.

10.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

10.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3.2. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

10.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente (**nota de empenho**) será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. Infrações e sanções administrativas

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 deste Aviso defina dispensa de licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. 1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. 2. *Multa por qualquer das infrações dos itens 11.1.1 a 11.1.12, calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, **Resolução SAP 49 de 17 de abril de 2024**;*
- c. 3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. 4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, §9º, [da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa (art. 156, §7º, [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 [da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida neste Aviso, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, [da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 deste Aviso defina dispensa de licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 11.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 [da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.** (art. 161 [da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. Das disposições gerais

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente Aviso com uma nova data

b) contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que tenha ofertado a melhor proposta em pesquisa de preços que tenha servido de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço;

c) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam ajustar suas propostas ou sanear a documentação necessária à sua habilitação, conforme o caso.

12.1.1. No caso da alínea “b” do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.2. As providências das alíneas “a” e “b” do subitem acima também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.2. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.

12.2.1. O recurso contendo as razões recursais deverá ser apresentado em momento único, **no prazo de 1 (um) dia útil**, contado a partir da data de divulgação do ato de habilitação ou inabilitação.

12.2.2. Os recursos deverão ser encaminhados pelo meio eletrônico: **[e-mail financas@p2itirapina.sap.sp.gov.br (setor de licitações)]**.

12.2.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de **1 (um) dia útil**, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.2.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico **www.Compras.gov.br**.

12.3. Exaurida a fase recursal, será observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto ao fornecedor vencedor e homologará o procedimento.

12.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

12.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

12.13.1. ANEXO I. Termo de Referência;

12.13.2 ANEXO II- Ausência de Estudo Técnico Preliminar;

12.13.3. ANEXO III - Resolução SAP 49 de 17 de abril de 2024;

12.13.4. ANEXO IV.1 – Modelo de declarações;

12.13.5. ANEXO V – Planilha de proposta;

12.13.6. ANEXO VI – Planilha de pesquisa de preço;

12.13.7. ANEXO VII – Extrato de Empenho;

Itirapina, 06 de setembro de 2024.

Assinatura da autoridade competente

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIA AZEVEDO SOARES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/09/2024 às 11:25:02.

FABIO FERRARI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/09/2024 às 11:23:35.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia 57_2024.pdf (186.39 KB)
- Anexo II - Ausencia de ETP e analise de riscos 114_2024.pdf (64.24 KB)
- Anexo III - Resolucao SAP n 49 de 17de abril de 2024..pdf (723.11 KB)
- Anexo IV - Anexo V.pdf (538.3 KB)
- Anexo V - ANEXO IV planilha de proposta (1).pdf (543.38 KB)
- Anexo VI - Pesquisa + Preco estimado.pdf (9.09 MB)
- Anexo VII - EXRATO DE EMPENHO.pdf (406.19 KB)

Anexo I - Termo de Referencia 57_2024.pdf

Termo de Referência 57/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
57/2024	380159-ESP-PENIT. JOAO BATISTA A. SAMPAIO	SILVIA AZEVEDO SOARES	06/09/2024 08:56 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00323503/2024-77

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Materiais para Manutenção e Conservação desta Unidade Prisional**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Adaptador de Pvc Rígido Soldável; Fabricação Conforme Nbr 5648/77; Com Diâmetro Nominal de 3/4 Polegada (curto); Na Cor Marrom; para Ser Utilizada Em Instalação Predial de Água Fria;	BEC 3986764 620112	Unidade	50	R\$ 2,45	R\$ 122,50
2	Adaptador de Pvc Rígido Soldável; Fabricação Conforme Nbr 5648/77; Com Diâmetro Nominal de 20mm; Na Cor Marrom; para Ser Utilizada Em Instalação Predial de Água Fria;	BEC 250651 620111	Unidade	50	R\$ 0,96	R\$ 48,00
3	Cotovelo para Tubulação; Em Pvc Rígido; Na Cor Marrom; Diâmetro Nominal 3/4 Polegadas x 90 Graus; Diâmetro Externo 25 Mm; Conexão Bolsa Soldável; Pressão de Serviço 7,5 Kgf/cm2 (75 M.c.a.); Conforme Norma Nbr 5648;	BEC 5243270 230673	Unidade	50	R\$ 1,02	R\$
	Torneira de Boia para Reservatório; Corpo e Haste Em Liga de Cobre,	BEC				

4	Boia Plastica; Dn 50mm - (2" Pol); Tipo Vazao Total; Boia Plastica; Conforme Conforme Nbr 14534;	4331087 261991	Unidade	4	R\$ 258,69	R\$ 1034,76
5	Lubrificante Aerosol; Liquido, Desengripante, Multiuso; Utilizado Em para Neutralizar Oxidações e Proteção de Partes Cromadas, Eletrodomésticos, Dobradiças, Armas, Motos; Composto de Blenda de Oleo Lubrificante, Aditivo Antioxidante, aditivo Anticorrosivo, essencia; Butano e Propano Como Propelente, Antioxidante Eliminador de Agua Da Superficie; Propriedades Densidade(g/cm3) 0,850-0,900, Ponto de Fulgor °c, Min. 150, Viscosidade (40°C, Cst) 8,5-15; Cor Levemente Amarelada, Odor Caracteristico de Coco; Embalado Em Validade de 24 Meses;	BEC 4540212 262376	Frasco 300 ml	10	R\$ 11,80	R\$ 118,00
6	Peca de Reposicao, Assento Sanitario; Em Polipropileno; Na Cor Branca; Compativel Com Bacia Sanitaria de Qualquer Fabricante; Modelo Convencional; Na Forma Oval; Fornecido Com Parafusos e Porcas Borboletas Em Polipropileno, Tampa Com Cobertura Total;	BEC 3993175 457636	Unidade	10	R\$ 20,90	R\$ 209,00
7	Torneira; de Polipropileno; Com Acabamento Branco; Volante No Modelo Haste, Confeccionado Em Polipropileno, Abertura Com 1/4 de Volta, Vedacao Ceramica; Bica do Tipo Alta e Movel; Fixacao Em Mesa; Com Encaixe Tipo Rosca; Bitola Da Saida de 1/2"; Utilizada Em Lavatorio; Com Garantia de No Minimo 12 Meses;	BEC 5378346 446738	Unidade	10	R\$ 23,495	R\$ 234,95
8	Vedacao para Saida de Vaso Sanitario; Tipo Espude Sanfonado para Vedacao de Vaso Sanitario; Em Pvc Transparente; para Tubulacao Com Bitola de 1.1/2 Polegada x 40mm;	BEC 5504740 262082	Unidade	20	R\$ 4,33	R\$ 86,60
9	Fita Isolante; Na Cor Preta, Em Pvc, Classe de Tensao 750v, Classe Temp 90 Graus Celsius; Largura 19mm, Com Espessura Minima 0,18 mm;	BEC 5133254 279102	Rolo 20m	20	R\$ 6,67	R\$ 133,40
10	Ventilador; de Parede, Oscilante, Regulagem Vertical, Grade Metalica Com Tratamento Anti-ferrugem Na Cor Preta; Grade Com Diametro Minimo de 60cm, Minimo de 3 Pasem Termoplastico Com Diametro Minimo de 55cm;	BEC 6082335	Unidade	3	R\$ 250,00	R\$ 750,00

	Min. 3 Velocidades Fixas Ou Deslizantes Atraves Dechave Seletora, Max. 1400 Rpm, Potencia Min. 200w; Vazao de Ar Min.de 220m3/min., Bivolt, Garantia Min. de 12 Meses e Manual de Instrucoes Em Portugues	612241				
11	Caixa de Descarga; Em Polietileno, Furo Inferior 50 Mm e Furo Superior 100 Mm.; No Formato Retangular, na Cor Branca, Medindo 270mm de Largura x 130mm de Profund. x 305mm Altura; Com Capacidade para 6 Litros; Devendo o Material Vir Acompanhado de Sistema de Descarga de Cordao e Boia;	BEC 4205634 395461	Unidade	60	R\$ 34,00	R\$ 2040,00
12	Chave Boia; Pvc; 80x102.5x38.5mm Com 10 Metros de Cabo; do Tipo Tipo Aberto/fechado; para Ligar e Desligar Bomba de Recalque;	BEC 2763427 379011	Unidade	5	R\$ 35,42	R\$ 177,10
13	Cimento Portland Comum (CpI); Composto de Clinquer Adicionado de Sulfatos de Calcio; Com Resistencia de 25 Mpa; Porcentagem Em Peso de Clinquer+sulf. de Calcio de 100%; Embalagem Em Sacos de Papel Tipo "kraft"; Com Limite de Porcentagem de Residuo Insolavel Menor Ou Igual a 1%; Com Limite de Porcentagem de Perda Ao Fogo Menor Ou Igual a 2%; Com Limite de Porcentagem de Oxido de Magnésio Menor Ou Igual a 6,5%; Limite de Porcentagem de Trioxido de Enxofre Menor Ou Igual a 4%; Com Limite de Porcentagem de Anidrido Carbonico Menor Ou Igual a 1%; C/ Tempo de Inicio/fim de Pega, Respectivamente Maior Ou Igual a 1 Hora/menor Ou Igual a 10 Hs; Com Sigla Cpi-25; Com Limite de Expansibilidade a Quente /frio Menor Ou Igual a 5 Mm; Normatizacao Conforme Nbr 5732, Mb-2295, Eb-1, Etc; Limite de Residuo Na Peneira 75 Milimicra Menor Ou Igual a 12%; Com Limite de Area Especifica Maior Ou Igual a 240 M2/kg	BEC 74160 454500	Saco 50 Kg	10	R\$ 41,50	R\$ 415,00
14	Areia; Media; Com Limite de Porcentagem de Mat. Nocivo Igual a 1,5%; C/limite de Porcentagem de Mat. Carbonosos Igual a 1%; C /limite de % de Mat. Pulverulentos Igual a 5%; a Areia Sera Fornecida C/nome do Produtor, vol.ap., Fornecedor Com Cadastro No	BEC 19230 280971	Metro Cubico	3	R\$ 136,39	R\$ 409,17

	Cadminerio, Proveniente de Agua Doce;					
15	Pedra Britada; Brita Numero 3; Forma Pontiaguda; Que Passa No Britador Primario e Fica Retida Na Peneira de 50mm; Com Dimensoes Entre 50 e 76mm; Conforme Normas Nbr 7211 e 7225;	BEC 5941300 486732	Metro Cubico	3	R\$195,00	R\$ 585,00
16	Tinta Latex; Nivel de Desempenho Premium; Composicao a Base de Resina Acrilica, Pigmentos Ativos, Cargas Minerais Inertes, Glicois; Solvente a Base de Agua; Rendimento 380 M2/demao; Voc (compostos Organicos Volateis) de 2,0 G/l; Insenta de Metais Pesados Aditivos e Pigmentos Isentos de Metais Pesados; Acabamento Fosco; Na Cor Na Cor Concreto; para Para Ambientes Internos e Externos; Validade Minima de 24 Meses a Partir Da Entrega; Conforme Norma de Especificacao Abnt Nbr 15079 e Norma de Classificacao Abnt Nbr 11702;	BEC 5287626 317322	Lata 18 L	8	R\$ 145,00	R\$ 1160,00
17	Tinta Esmalte para Construcão Civil; Tipo Esmalte Sintético, Nível de Desempenho Premium; para Aplicação Em Superfícies Externas e Internas de Metais Ferrosos, Galvanizados, Madeiras, Alvenaria; a Base de Resina Alquílica, Solventes, Pigmentos Orgânicos e Inorgânicos, Aditivos Especiais, Base Solvente; Diluente Aguarrás, Rendimento de 70 M²/galão/demão (embalagem 3,6l), Peso Específico 1,08 G/cm³; Na Cor Azul Padrão 0558 (comercialmente Azul Del Rey), Acabamento Brilhante, Viscosidade 80 a 90 Uk; Voc 380,0 G/l. Ponto de Fulgor 37°C; Prazo de Validade Mínimo de 12 Meses Após Entrega; Conforme Norma de Classificação Abnt Nbr 11702 Tipo 4.2.1.1;	BEC 4577973 600895	Galão 3,6 L	13	R\$ 100,84	R\$ 1310,92
18	Tinta Latex; Nivel de Desempenho Premium; Resina a Base de Dispersao Aquosa de Copolimero Estireno Acrilico, Pigmentos Isentos de Metal Pesado; Cargas Minerais Inertes, Glicois, Tensoativos Etoxilados , carboxilados, Bactericidas e Fungicidas; Base Agua, Solvente Agua Potavel; Rendimento 375 M² /galao/demao (embalagem 18l);	BEC 5027403	Lata 18 L	13	R\$ 139,795	R\$ 1817,34

	Voc (compostos Organicos Volateis) de 21.3 G/l; Isenta de Metais Pesados; Acabamento Fosco; Na Cor Branca, Codigo Ral 9003; para Pisos Cimentados e Pisos Ceramicos, Massa Acrilica, Massa Corrida e Gesso; Validade Minima de 36 Meses a Partir do Recebimento; Devera Ser Entregue Com Boletim Tecnico e Fispq; Conforme Norma de Classificacao Abnt Nbr 11702 Tipo 4.5.6;	418339				
19	Tinta para Pisos e Pavimentos; Tinta a Base de Resina Vinilica; Resistencia a Abrasao e Intemperies; Acabamento Antiderrapante e Elevada Aderencia Ao Pavimento; para Demarcacao Viaria Com Baixo Volume de Trafego; Indicada para Aplicação Em Pavimentos Betuminosos e de Concreto; Na Cor Amarela, Munsell (10 Yr 7.5/14); Com Tempo de Secagem Secagem Rapida No Maximo 30 Minutos Conforme Nbr 12935; Fornecida Em Galao de 18 Litros; Com Retro-refletancia Não Inferior 75 Mcd/lx.m2, Conf. Nbr 14723; Apresentar o Certificado do Fabricante Com Analise do Lote;	BEC 3003124 453733	Lata 18 L	3	R\$ 195,375	R\$ 586,125
20	Tinta Latex; Desempenho Standard; Composicao a Base de Resina Acrilica, Pigmentos Ativos e Inertes, Surfactantes; Coalescentes, Espessantes, Bactericidas e Fungicidas, Aditivos e Água; Solvente Base Agua, Diluicao Minima 50% e Maxima 80% Em Agua Potavel; Rendimento 14 M² /demão (embalagem 3,6l); Viscosidade: 110-115 Uk; Peso Especifico: 1,100-1,325 G/cm3; Voc (compostos Orgânicos Voláteis) de 10,18 G/l; Isenta de Metais Pesados; Acabamento Fosco; Na Cor Azul (comercialmente Azul Profundo); para Aplicação Em Paredes Externas e Internas, Superfícies de Alvenaria; Validade Mínima de 18 Meses a Partir do Recebimento; Conforme Norma de Especificação Abnt Nbr 15079 e Norma de Classificação Abnt Nbr 11702 Tipo 4.5.2;	BEC 4652363 301781	Lata 18 L	4	R\$ 181,00	R\$ 724,00
21	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 2"; Cerda Na Cor Preta; Cabo de Polipropileno Injetado; para Aplicar Tinta Esmalte e Tinta Oleo;	BEC 2480786 467559	Unidade	10	R\$ 7,58	R\$ 75,80

22	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 4"; Cerda Na Cor Preta; Cabo de Madeira; para Aplicar Tinta Esmalte;Nbr 8536-4;	BEC 2078023 467560	Unidade	100	R\$ 1,70	R\$ 170,00
23	Argamassa; de Resina Epoxi-estervinilica e Compostos Minerais Diversos; para Fixacao de Piso Industrial; Na Cor Cinza; Antiacida Anticorrosiva, Resistente a Ataques Quimicos; Conforme Normas Nbr /abnt Vigentes;	BEC 4848446 347803	Saco 25 Kg	2	R\$ 147,05	R\$ 294,10
24	Placas Ceramicas Nao Esmaltadas; Medindo (240x116)mm, Com 9mm de Espessura; Absorcao de Agua de 0,5 a 3,0%; Resistencia a Abrasao Pei 5; Coeficiente de Atrito Maior Ou Igual a 0,40; Resistencia Quimica Ua Ate Uha; Limpabilidade Classe 5; Dureza Mohs Maior Ou Igual a 7; Carga de Ruptura Maior Ou Igual a 1100n; Aspecto Superficial de Primeira Qualidade; Na Cor Bege; Indicada para Cozinhas Industriais; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes; Extrudada Natural, Antiderrapante;	BEC 4848420 404300	Metro Quadrado	21	R\$ 118,80	R\$ 2494,80
					Total	R\$ 14.997,56

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico deste Termo de Referência.

2.2. Considerando a aquisição de bens comuns, a baixa complexidade do objeto e que o fornecimento será integral, não havendo necessidade de requisitos complementares, pactuação de níveis de serviço ou análise mais detida quanto à existência de soluções alternativas, foi

dispensada da instrução a elaboração dos estudos técnicos preliminares, nos termos do art. 14 da Instrução Normativa n.º 58/2022 SEGES-ME.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (05) cinco dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s):

Unidade	Endereço de entrega
Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio CNPJ: 96.291.141/0071-92	Rua Dois, 623 - Distrito Industrial - Itirapina/SP Cep: 13.530-00

1.

5.5. Os bens deverão ser entregues no endereço acima, compreendido entre 07:30 às 11:00 hs e das 13:00 as 16:00 hs de segunda-feira à sexta-feira, no Setor de Saúde e Reintegração desta Unidade Prisional.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Gestor do Contrato

6.7. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato”.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao

SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicafe para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicafe, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. **O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.**

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **dispensa de licitação**, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II da Lei n.º 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral

Exigências de habilitação

8.3. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

- a) **Sicaf**;
- b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade** – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) **Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções** (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f) **Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP** (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- g) **Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo** (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.4. *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

8.5. *Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.*

8.7. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – **CADIN ESTADUAL**”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.8. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. *Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*

8.12. *Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.*

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.23. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.28. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **[Estadual/Distrital]** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.31. Prova de regularidade com a Fazenda **[Estadual/Distrital]** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **[Estadual/Distrital]** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.37. **Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado**, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.38. **Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor** - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 14.997,56

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$ 14.997,56 (catorze mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.*

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. 1. Gestão/Unidade: 380159,
- II. 2. Fonte de Recursos: 150010001;
- III. 3. Programa de Trabalho: ; 14421381561670000;
- IV. 4. Elemento de Despesa: 339030;

10.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Itirapina, 05 de setembro de 2024

Silvia Azevedo Soares

DCA

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIA AZEVEDO SOARES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/09/2024 às 08:55:24.

FABIO FERRARI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/09/2024 às 08:56:52.

**Anexo II - Ausencia de ETP e analise de riscos
114_2024.pdf**

Ausencia de ETP e analise de riscos 114/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
114/2024	380159-ESP-PENIT. JOAO BATISTA A. SAMPAIO	MAYRA SANTOS DE ALMEIDA SOUZA	05/09/2024 15:28 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00323503/2024-77

MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

1. Justificativa
- 1.1. Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, entende-se que a menor complexidade do objeto prescinde de estudo técnico preliminar e de análise de riscos.

1.2. Ainda assim, consigne-se que as informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, encontram-se nos artefatos documentais que compõem a instrução processual.

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIA HELENA FERNANDES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/09/2024 às 15:28:48.

**Anexo III - Resolucao SAP n 49 de 17de abril de 2024..
pdf**



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

Anexo IV - Anexo V.pdf

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº XXXX/2024, Processo nº XXX.XXXXXXX/2024-XX, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual; e
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Anexo V - ANEXO IV planilha de proposta (1).pdf

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Processo SEI: XXX.XXXXXXXXX/2024-XX

Dispensa Eletrônica Nº XXXX/2024

Item	Código compras	Descrição de material	Marca	Quantidade	(unidade de fornecimento)	Valor unitário	Valor total do item
01							
02							
03							
04							
05							

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central

Penitenciária “João Batista de Arruda Sampaio”

Rua 2, 623, Distrito Industrial – Itirapina - SP – CEP 13530-000

Tel.: (19) 3586-6300/6305 | financas@p2itirapina.sap.sp.gov.br

Anexo VI - Pesquisa + Preço estimado.pdf

DECRETO ESTADUAL Nº 67.888/2023

						Artigo 3º - Incisos					
ITEM	CÓD. E DESCRIÇÃO SUCINTA DO ITEM			QTDE	Valor referencial	I			II	III	IV
						COMPRAS.GOV			CONTRATAÇÕES SIMILARES (ATÉ 1 ANO)	INTERNET (§3º 1 A 5)	FORNECEDORES (§4º)
	MÍNIMO	MÉDIA	MEDIANA								
	COMPRAS	BEC			R\$						
1	620112	3986764	Adaptador ¾	50	R\$ 2,45	R\$ 2,25	R\$ 2,61	R\$ 2,45			
2	620111	250651	Adaptador ½	50	R\$ 0,96	R\$ 0,87	R\$ 0,95	R\$ 0,96			
3	230673	5243270	Cotovelo ¾	50	R\$ 1,02	R\$ 0,49	R\$ 1,03	R\$ 1,02			
4	261991	4331087	Bóia Cixa D'Água	4	R\$ 258,69	R\$ 249,88	R\$ 265,85	R\$ 258,69			
5	262376	4540212	Lubrificante Aerosol	10	R\$ 11,80	R\$ 7,99	R\$ 11,39	R\$ 11,80			
6	457636	3993175	Assento de Vaso Sanitário	10	R\$ 20,90	R\$ 17,30	R\$ 22,58	R\$ 20,90			
7	446738	5378346	Torneira Polipropileno	10	R\$ 23,50	R\$ 6,58	R\$ 28,92	R\$ 23,50			
8	262082	5504740	Espude Sanfonado	20	R\$ 4,33	R\$ 2,10	R\$ 4,89	R\$ 4,33			
9	279102	5133254	Fita Isolane	20	R\$ 6,67	R\$ 5,47	R\$ 6,61	R\$ 6,67			
10	612241	6082335	Ventilador de Parede 60cm	3	R\$ 250,00	R\$ 199,00	R\$ 257,42	R\$ 250,00			
11	395461	4205634	Caixa de Descarga	60	R\$ 34,00	R\$ 32,00	R\$ 33,99	R\$ 34,00			
12	379011	2763427	Chave Bóia p/ poço artesiano	5	R\$ 35,42	R\$ 27,44	R\$ 35,63	R\$ 35,42			
13	454500	74160	Cimento Portland	10	R\$ 41,50	R\$ 34,59	R\$ 41,15	R\$ 41,50			
14	280971	199230	Areia Média	3	R\$ 136,39	R\$ 115,00	R\$ 144,65	R\$ 136,39			
15	486732	5941300	Pedra	3	R\$ 195,00	R\$ 150,90	R\$ 203,34	R\$ 195,00			
16	317322	5287626	Tinta Latex Cor Concreto	8	R\$ 145,00	R\$ 119,00	R\$ 161,73	R\$ 145,00			
17	600895	4577973	Tinta Azul DelRey	13	R\$ 100,84	R\$ 98,00	R\$ 148,74	R\$ 100,84			
18	418339	5027403	Tinta Latex Branca	13	R\$ 139,80	R\$ 118,00	R\$ 142,84	R\$ 139,80			
19	453733	3003124	Tinta Amarela	3	R\$ 195,38	R\$ 170,90	R\$ 202,88	R\$ 195,38			
20	301781	4652363	Tinta Azul Profundo	4	R\$ 181,00	R\$ 148,00	R\$ 179,56	R\$ 181,00			
21	467559	2480786	Trincha 2º	10	R\$ 7,58	R\$ 2,96	R\$ 6,90	R\$ 7,58			
22	467560	2078023	Trincha 4º	10	R\$ 12,00	R\$ 10,38	R\$ 12,25	R\$ 12,00			
23	347803	4848446	Argamassa de Resina Epoxi	2	R\$ 147,05	R\$ 117,62	R\$ 146,55	R\$ 147,05			
24	404300	4848420	Placa Cerâmica 24x11,5	21	R\$ 118,80	R\$ 87,90	R\$ 118,56	R\$ 118,80			
SUBTOTAL				R\$	14.997,56						

MEMORIAL DE CÁLCULO: Artigo 4º - Serão utilizados, como método matemático para definição do valor estimado para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o artigo 3º deste decreto, desconsiderados, previamente ao cálculo, os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. $(r = \text{média}[a+b+c+d])$

Na composição dos valores na tabela, consta o resultado final da média dos parâmetros utilizado.

DETALHAMENTO DA PESQUISA REALIZADA EM OUTRAS CATEGORIAS

CONTRAÇÕES SIMILARES		
ITEM	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA COMPRA PESQUISADA

INTERNET			
ITEM	CNPJ	SITE	ACESSO EM
2	62.978.978/0001-80	www.casamimosa.com.br	27/8/2024
2	03.009.406/0001-23	www.casteloforte.com.br	27/8/2024
2	89.614.101/0001-66	www.mestrinho.com.br	27/8/2024
3	30.223.195/0001-08	www.edecasasupercenter.com.br	27/8/2024
9	78.650.330/0001-10	www.simecol.com.br	28/8/2024
9	27.191.748/0001-75	www.cooperasolucoes.com.br	28/8/2024
9	0.655.053/0001-80	www.ilumisul.com.br	28/8/2024
19	43.214.055/0001-07	www.efacil.com.br	30/8/2024
19	10.691.953/0001-05	www.torrescabral.com.br	30/8/2024
23	32.710.700/0001-66	www.supertecimpermeabilizantes.com.br	30/8/2024
23	06.085.483/0001-50	www.impermarket.com.br	30/8/2024
23	02.559.428/0001-02	www.fastobra.com.br	30/8/2024
24	21.162.998/0001-09	www.sasantoantonio.com.br	30/8/2024
24	01.438.784/0048-60	www.leroymerlin.com.br	5/9/2024
24	47.960.950/1088-36	www.magazineluiza.com.br	5/9/2024

FORNECEDORES			
ITEM	CNPJ	EMPRESA	E-MAIL

Itirapina 06 de setembro de 2024.

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
75/2024	380159	Rascunho	MAYRA SANTOS DE ALMEIDA SOUZA
Título: Aquisição de materiais para manutenção e Conservação desta Unidade Prisional			
Observações:			
Total de itens cotados: 24		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 14,997,5600	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

620112 - Conexão Hidráulica Material: Pvc , Tipo: Adaptador , Tipo I: Bucha De Redução , Tipo Fixação: Soldável , Aplicação: Instalações Prediais Água Fria E Quente , Bitola Iii: 100 X 75 Mm M

Unidade

50

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 12,6743%

R\$ 2,2500

R\$ 2,6100

R\$ 2,4500

Desvio Padrão: 0,3308

Maior Preço: R\$ 3,1000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 4,8900	21/08/2024	Não
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 4,7500	21/08/2024	Não
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 2,4500	21/08/2024	Sim
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 0,7500	21/08/2024	Não
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 0,6000	21/08/2024	Não
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 3,1000	21/08/2024	Sim
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 2,9000	21/08/2024	Sim
8	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 1,2000	21/08/2024	Não
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 4,4500	21/08/2024	Não

10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 2,3500	21/08/2024	Sim
11	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 1,2000	21/08/2024	Não
12	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 32,0000	21/08/2024	Não
13	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 2,2500	21/08/2024	Sim
14	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 10,353,8000	30/07/2024	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

Descrição do item
620111 - Conexão Hidráulica Material: Pvc , Tipo: Adaptador , Tipo I: Bucha De Redução , Tipo Fixação: Soldável , Aplicação: Instalações Prediais Água Fria E Quente , Bitola Iii: 150 X 100mm M

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
50

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 0,8700

Média
R\$ 0,9567

● Mediana
R\$ 0,9600

Coeficiente de Variação: 7,2541%
Desvio Padrão: 0,0694
Maior Preço: R\$ 1,0400

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	Casa Mimosa Hidráulica e Acabamento - 62,978,978/0001-80 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 0,8700	27/08/2024	Sim
2	III	Castelo Forte Samambaia Mat, 'para Const. Ltda - 03,009,406/0001-23 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 0,9600	27/08/2024	Sim
3	III	Moutinho & Cia Ltda - 89,614,101 /0001-66 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 1,0400	27/08/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 3

Descrição do item
230673 - Cotovelo Material: Pvc , Angulação: 90 GRA, Diâmetro: 3 /4 POL, Cor: Marrom

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
50

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 0,4900

Média
R\$ 1,0367

● Mediana
R\$ 1,0200

Coeficiente de Variação: 43,7253%
Desvio Padrão: 0,4533
Maior Preço: R\$ 1,6000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 0,4800	13/08/2024	Não
2	I	PMSP - SUBPREFEITURA ITAQUERA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 0,3900	24/07/2024	Não
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 0,4500	06/05/2024	Não
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO-MG - Compras.gov.br	170	Unidade	R\$ 0,4500	23/04/2024	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1235	Unidade	R\$ 0,4900	01/03/2024	Sim
6	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 1,6000	07/12/2023	Sim
7	I	PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 0,2800	23/11/2023	Não
8	III	É de Casa Comercial Eireli - 30.223.195/0001-08 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 1,0200	27/08/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 4

Descrição do item

261991 - Bóia Caixa D'Água Material: Metal , Tipo: Macho , Bitola: 2 POL, Aplicação: Caixa De Água, Cisterna

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

4


Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 249,8800

Média

R\$ 265,8567

 Mediana

R\$ 258,6900

Coefficiente de Variação: 6,3024%

Desvio Padrão: 16,7554

Maior Preço: R\$ 289,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 249,8800	12/08/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	69	Unidade	R\$ 54,9000	16/07/2024	Não
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 245,0000	15/04/2024	Não
4	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 230,0000	21/02/2024	Não
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 258,6900	06/02/2024	Sim
6	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 76,0300	26/12/2023	Não
7	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	110	Unidade	R\$ 289,0000	22/09/2023	Sim
8	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 244,1900	18/09/2023	Não
9	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 245,4000	31/08/2023	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 5

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
262376 - Óleo Lubrificante, Apresentação: Aerosol , Origem: Mineral Derivado De Petróleo , Características Adicionais: Aditivos Inibidores Corrosão E Oxidação, Desengri , Tipo: Wd-40 , Aplicação: Lubrificação De Peças	Lata 300 Mililitro	10
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 7,9900	R\$ 11,3991	R\$ 11,8000
Coeficiente de Variação: 26,2837% Desvio Padrão: 2,9961 Maior Preço: R\$ 17,6500		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	24	Lata 300 Mililitro	R\$ 6,6600	26/08/2024	Não
2	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	72	Lata 300 Mililitro	R\$ 7,1200	12/08/2024	Não
3	I	PMSP - SUBPREFEITURA IPIRANGA - Compras.gov.br	2	Lata 300 Mililitro	R\$ 7,4000	07/08/2024	Não
4	I	ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	2	Lata 300 Mililitro	R\$ 17,6500	05/08/2024	Sim
5	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Lata 300 Mililitro	R\$ 16,0300	02/08/2024	Não
6	I	COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) - Compras.gov.br	10	Lata 300 Mililitro	R\$ 13,7300	29/07/2024	Sim
7	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	50	Lata 300 Mililitro	R\$ 29,0000	24/07/2024	Não
8	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	36	Lata 300 Mililitro	R\$ 6,9300	12/07/2024	Não
9	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	33	Lata 300 Mililitro	R\$ 6,7000	13/06/2024	Não
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	310	Lata 300 Mililitro	R\$ 7,9900	16/05/2024	Sim
11	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	10	Lata 300 Mililitro	R\$ 14,0000	12/04/2024	Sim
12	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	45	Lata 300 Mililitro	R\$ 10,0600	08/04/2024	Sim
13	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	200	Lata 300 Mililitro	R\$ 7,4900	02/04/2024	Não
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	840	Lata 300 Mililitro	R\$ 7,5000	09/01/2024	Não
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	370	Lata 300 Mililitro	R\$ 8,2000	05/12/2023	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Lata 300 Mililitro	R\$ 8,6300	01/12/2023	Sim
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Lata 300 Mililitro	R\$ 20,3000	01/12/2023	Não
18	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	60	Lata 300 Mililitro	R\$ 11,8000	23/11/2023	Sim
19	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - Compras.gov.br	9	Lata 300 Mililitro	R\$ 41,9900	06/11/2023	Não
20	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5	Lata 300 Mililitro	R\$ 8,0000	17/10/2023	Sim
21	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Lata 300 Mililitro	R\$ 34,7200	05/10/2023	Não
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	48	Lata 300 Mililitro	R\$ 19,9500	05/10/2023	Não
		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br					

23	I	gov.br	1435	Lata 300 Mililitro	R\$ 6,8900	05/10/2023	Não
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	30	Lata 300 Mililitro	R\$ 13,4500	04/10/2023	Sim
25	I	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov, br	8	Lata 300 Mililitro	R\$ 11,8800	03/10/2023	Sim
26	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	100	Lata 300 Mililitro	R\$ 6,2600	15/09/2023	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 6

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

457636 - Assento Vaso Sanitário Material: Polipropileno , Cor: Branca , Características Adicionais: Oval, Esmaltado, Distancia Dos Furos: 15cm

Unidade

10

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coeficiente de Variação: 20,4182%

R\$ 17,3000

R\$ 22,5862

R\$ 20,9000

Desvio Padrão: 4,6117

Maior Preço: R\$ 38,9000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 17,0900	26/08/2024	Não
2	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras, gov.br	1340	Unidade	R\$ 14,6500	22/08/2024	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	30	Unidade	R\$ 20,1600	27/08/2024	Sim
4	I	PREFEITURA DE SANTANA DO LIVRAMENTO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 19,1200	19/08/2024	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC, BAIANO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 18,8400	16/08/2024	Sim
6	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	738	Unidade	R\$ 19,8500	12/08/2024	Sim
7	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 34,4000	08/08/2024	Não
8	I	ESP-SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 14,8000	02/08/2024	Não
9	I	FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - PR - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 15,9000	02/08/2024	Não
10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - PB - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 21,0000	01/08/2024	Sim
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 25,0000	31/07/2024	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 16,8300	31/07/2024	Não
13	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 21,0000	29/07/2024	Sim
14	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 15,4400	25/07/2024	Não
15	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 19,1200	24/07/2024	Sim
16	I	ESP - DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 19,7800	23/07/2024	Sim
		ESP - DEPTO. ESTRADAS DE					

17	I	RODAGEM-DER - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 16,8000	23/07/2024	Não
18	I	PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 20,5400	22/07/2024	Sim
19	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 25,0000	19/07/2024	Sim
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 15,4700	19/07/2024	Não
21	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 25,6000	18/07/2024	Sim
22	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 25,0000	12/07/2024	Sim
23	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 15,8600	10/07/2024	Não
24	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC,E TEC, DO RS - Compras.gov.br	480	Unidade	R\$ 29,5000	09/07/2024	Sim
25	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 61,5400	02/07/2024	Não
26	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	392	Unidade	R\$ 28,0000	28/06/2024	Sim
27	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 54,8000	28/06/2024	Não
28	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 16,8000	27/06/2024	Não
29	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 22,0500	19/06/2024	Sim
30	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 25,5000	17/06/2024	Não
31	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 20,8000	17/06/2024	Sim
32	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 20,3500	11/06/2024	Sim
33	I	EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HOR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 23,5300	06/06/2024	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 25,7500	06/06/2024	Sim
35	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	340	Unidade	R\$ 15,2500	05/06/2024	Não
36	I	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 35,6600	05/06/2024	Não
37	I	COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 40,0000	27/05/2024	Não
38	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 15,3400	07/05/2024	Não
39	I	PMSP - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 18,6000	07/05/2024	Sim
40	I	GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 14,9200	26/04/2024	Não
41	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	122	Unidade	R\$ 43,1800	25/04/2024	Não
42	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	604	Unidade	R\$ 15,1000	25/04/2024	Não
43	I	ESP-CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 17,4200	25/04/2024	Sim
44	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 17,3000	19/04/2024	Sim
45	I	ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 26,0300	17/04/2024	Sim
46	I	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA 4A - SP - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 19,0000	03/04/2024	Sim
47	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 84,2000	25/03/2024	Não

48	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 38,9000	25/03/2024	Sim
49	I	PMSP - COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2,975,0000	21/03/2024	Não
50	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	77	Unidade	R\$ 16,9800	15/03/2024	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 7

Descrição do item

446738 - Torneira Material Corpo: Polipropileno , Tipo: Elétrica , Diâmetro: 1/2 POL, Características Adicionais: Bica Alta E Movél E Arejador Articulado , Aplicação: Pia , Cor: Branca

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

10


Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 6,5800

Média

R\$ 28,9200

 Mediana

R\$ 23,4950

Coefficiente de Variação: 67,8613%

Desvio Padrão: 19,6255

Maior Preço: R\$ 69,9800

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA DE MEIO AMB., INFRAEST. E LOG - Compras.gov.br	147	Unidade	R\$ 9,2800	03/09/2024	Não
2	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 150,0000	30/08/2024	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 81,0000	21/08/2024	Não
4	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 219,4700	21/08/2024	Não
5	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 36,0000	19/08/2024	Não
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 65,0000	06/08/2024	Não
7	I	ESP-SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 5,3000	02/08/2024	Não
8	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 36,5000	25/07/2024	Não
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 2,4500	05/07/2024	Não
10	I	PREFEITURA CORONEL BICACO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 97,4900	18/06/2024	Não
11	I	PREFEITURA DE ENTRE RIOS DO OESTE - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 131,0000	13/06/2024	Não
12	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 9,1700	07/06/2024	Não
13	I	EMPRESA DE TRANSPORTES E TRâNSITO DE BELO HOR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 21,0100	06/06/2024	Sim
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 37,6300	05/06/2024	Não
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 37,3400	05/06/2024	Não
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	130	Unidade	R\$ 3,4500	05/06/2024	Não
		MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA					

17	I	E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 87,0000	08/05/2024	Não
18	I	PREFEITURA DE JUSSARA - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 84,2800	02/05/2024	Não
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	525	Unidade	R\$ 21,9900	25/03/2024	Sim
20	I	CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 141,6700	21/03/2024	Não
21	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	94	Unidade	R\$ 6,5800	15/03/2024	Sim
22	I	BASE AEREA DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 69,9800	12/03/2024	Sim
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	330	Unidade	R\$ 129,5000	01/03/2024	Não
24	I	GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 28,9600	26/01/2024	Sim
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 32,0000	11/12/2023	Não
26	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	77	Unidade	R\$ 40,8800	11/12/2023	Não
27	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 100,0000	01/12/2023	Não
28	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 25,0000	01/12/2023	Sim
29	I	COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 38,5000	16/11/2023	Não
30	I	PREFEITURA DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 195,0000	14/11/2023	Não
31	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 73,0000	28/09/2023	Não
32	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 72,0000	28/09/2023	Não
33	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 105,1100	06/09/2023	Não
34	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 94,8300	05/09/2023	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 8

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
262082 - Espude Vaso Sanitário Material: Pvc , Bitola: 1 1/2 PO		Unidade	20				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	 Mediana	Coefficiente de Variação: 51,3318%				
R\$ 2,1000	R\$ 4,8917	R\$ 4,3300	Desvio Padrão: 2,5110				
			Maior Preço: R\$ 9,0000				
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 1,1600	26/07/2024	Não
2	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 18,6400	18/07/2024	Não
3	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 3,3600	18/07/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5,3000	02/07/2024	Sim

5	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 9,0000	03/06/2024	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 2,4900	08/04/2024	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 1,2600	20/02/2024	Não
8	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 1,4000	24/10/2023	Não
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 7,1000	28/09/2023	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	390	Unidade	R\$ 2,1000	25/09/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 9

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

279102 - Fita Adesiva Material: Pvc , Tipo: Monoface , Largura: 50 MM, Comprimento: 30 M, Cor: Preta

Rolo 20 Metro

20

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

 Mediana

Coefficiente de Variação: 13,7798%

R\$ 5,4700

R\$ 6,6133

R\$ 6,6700

Desvio Padrão: 0,9113

Maior Preço: R\$ 7,7000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	Simecol Materiais Elétricos Ltda - 78.650.330/0001-10 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 7,7000	28/08/2024	Sim
2	III	Coopera Soluções Elétricas - 27.191.748 /0001-75 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 5,4700	28/08/2024	Sim
3	III	Ilumisul Materiais Elétricos e Iluminação - 80.655.053/0001-80 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 6,6700	28/08/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 10

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

612241 - Ventilador Tipo: Parede , Potência Motor: 1/4 HP, Tensão Alimentação: 127/220 V, Características Adicionais: Grade Removível , Material: Aço , Diâmetro: 50 A 60 CM, Quantidade Velocidade: 3 U


Unidade

3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

 Mediana

Coefficiente de Variação: 21,6741%

R\$ 199,0000

R\$ 257,4211

R\$ 250,0000

Desvio Padrão: 55,7936

Maior Preço: R\$ 357,7900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

--	--	--	--	--	--	--	--

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 199,0000	04/09/2024	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	190	Unidade	R\$ 195,0000	03/09/2024	Não
3	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL - AC - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 207,9500	27/08/2024	Sim
4	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 190,0000	22/08/2024	Não
5	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 197,5000	21/08/2024	Não
6	I	PREFEITURA DE ASSIS BRASIL - AC - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 213,1000	16/08/2024	Sim
7	I	PREFEITURA DE ASSIS BRASIL - AC - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 207,2000	16/08/2024	Não
8	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	46	Unidade	R\$ 357,7900	14/08/2024	Sim
9	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 350,0000	14/08/2024	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	820	Unidade	R\$ 196,9000	08/08/2024	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 219,0000	08/08/2024	Sim
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	11	Unidade	R\$ 194,0000	07/08/2024	Não
13	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 258,8700	30/07/2024	Sim
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G,DO NORTE - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 177,0000	30/07/2024	Não
15	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 200,0000	30/07/2024	Não
16	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 250,0000	26/07/2024	Sim
17	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 196,0000	17/07/2024	Não
18	I	PREFEITURA DE RIO BRANCO - AC - Compras.gov.br	64	Unidade	R\$ 1.680,0000	15/07/2024	Não
19	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 261,0800	10/07/2024	Sim
20	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 218,3500	03/07/2024	Não
21	I	ESP-CIA,DO METROPOLIT DE SAO PAULO-METRO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 187,1000	26/06/2024	Não
22	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 175,0000	17/06/2024	Não
23	I	PREFEITURA DE ENTRE RIOS DO OESTE - PR - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 174,0000	13/06/2024	Não
24	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 220,4600	11/06/2024	Não
25	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 166,9900	27/05/2024	Não
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 189,0000	24/05/2024	Não
27	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 200,0000	20/05/2024	Não
28	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 199,0000	20/05/2024	Não
29	I	PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 188,9800	17/05/2024	Não
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 170,9200	14/05/2024	Não
31	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL - PR - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 262,0000	13/05/2024	Não
32	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	52	Unidade	R\$ 399,0000	08/05/2024	Não
33	I	PREFEITURA DE SANTA IZABEL DO OESTE - PR - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 315,0000	03/05/2024	Não

34		ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	190	Unidade	R\$ 202,0000	03/05/2024	Não
35		PREFEITURA DE JUSSARA - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 233,9100	02/05/2024	Não
36		PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA - PA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 178,1600	30/04/2024	Não
37		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 260,0000	30/04/2024	Não
38		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 238,5700	24/04/2024	Não
39		MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 188,7500	19/04/2024	Não
40		FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	88423	Unidade	R\$ 229,0000	19/04/2024	Não
41		FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	64621	Unidade	R\$ 194,5000	19/04/2024	Não
42		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 210,0000	18/04/2024	Não
43		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 251,3000	15/04/2024	Não
44		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 175,0000	11/04/2024	Não
45		PMSP - SECRETARIA MUN. ASSIST. DESENV. SOCIAL - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 174,9900	10/04/2024	Não
46		PMSP - SECRETARIA MUN. ASSIST. DESENV. SOCIAL - Compras.gov.br	900	Unidade	R\$ 175,0000	10/04/2024	Não
47		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 235,2600	02/04/2024	Não
48		PREFEITURA DE ASTORGA - PR - Compras.gov.br	56	Unidade	R\$ 214,0000	25/03/2024	Não
49		PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS - Compras.gov.br	64	Unidade	R\$ 199,9000	21/03/2024	Não
50		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 426,0000	20/03/2024	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 11

Descrição do item

395461 - Caixa Descarga Material: Plástico , Cor: Branca , Capacidade: 6 L, Características Adicionais: Peças E Acessórios De Fixação

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

60

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 32,0000

Média

R\$ 33,9940

 Mediana

R\$ 34,0000

Coefficiente de Variação: 3,7424%

Desvio Padrão: 1,2722

Maior Preço: R\$ 36,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESP-SECRETARIA DE MEIO AMB., INFRAEST. E LOG - Compras.gov.br	217	Unidade	R\$ 26,4800	03/09/2024	Não
2		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 168,3000	30/08/2024	Não
3		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 40,6200	28/08/2024	Não

4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	20	Unidade	R\$ 27,1700	08/08/2024	Não
5	I	GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 25,6400	07/08/2024	Não
6	I	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 255,0000	19/07/2024	Não
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 26,0000	12/07/2024	Não
8	I	ESP-UNIV EST PAUL,JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 34,0000	12/07/2024	Sim
9	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	151	Unidade	R\$ 32,0000	28/06/2024	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	10	Unidade	R\$ 24,4200	13/06/2024	Não
11	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 53,0000	03/06/2024	Não
12	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 87,0000	03/05/2024	Não
13	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 21,0000	03/05/2024	Não
14	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov, br	140	Unidade	R\$ 22,2000	05/04/2024	Não
15	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO-MA - Compras.gov.br	142	Unidade	R\$ 36,0000	13/03/2024	Sim
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 34,2000	27/02/2024	Sim
17	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	57	Unidade	R\$ 23,8000	07/02/2024	Não
18	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 26,0000	31/01/2024	Não
19	I	PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 24,7000	23/11/2023	Não
20	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras, gov.br	2	Unidade	R\$ 98,9000	01/11/2023	Não
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	15	Unidade	R\$ 33,7700	27/10/2023	Sim
22	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 25,9000	04/10/2023	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 12

Descrição do item

379011 - Chave Elétrica Tipo Boia Aplicação: Poço/Reservatório /Caixa D'Água , Corrente Nominal: 15 A, Características Adicionais: Automatizada

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

5

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 27,4400

Média

R\$ 35,6385

● Mediana

R\$ 35,4200

Coefficiente de Variação: 18,7087%

Desvio Padrão: 6,6675

Maior Preço: R\$ 49,5100

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses


Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 22,9000	09/08/2024	Não
2	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	91	Unidade	R\$ 31,9800	08/08/2024	Sim

3		COMPANHIA DE DESENV DE NOVA IGUAÇU - RJ - Compras.gov.br	38	Unidade	R\$ 38,5000	31/07/2024	Sim
4		COMPANHIA DE DESENV DE NOVA IGUAÇU - RJ - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 28,8800	31/07/2024	Sim
5		MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES - MRE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 140,0000	12/07/2024	Não
6		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 25,0000	26/06/2024	Não
7		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 44,5000	21/06/2024	Sim
8		COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 49,5100	20/06/2024	Sim
9		ESP-CIA,PTA DE TRENS METROPS-CPTM - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 66,5000	04/06/2024	Não
10		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 23,0000	17/05/2024	Não
11		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 24,3600	02/05/2024	Não
12		GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE - Compras.gov.br	54	Unidade	R\$ 27,1900	26/04/2024	Não
13		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 157,6200	24/04/2024	Não
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 23,3200	16/04/2024	Não
15		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 28,4500	03/04/2024	Sim
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	164	Unidade	R\$ 25,8400	28/03/2024	Não
17		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	109	Unidade	R\$ 28,0000	14/03/2024	Sim
18		UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 27,7000	11/03/2024	Não
19		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 28,9000	07/03/2024	Sim
20		GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 27,9900	01/03/2024	Não
21		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	151	Unidade	R\$ 27,0000	15/02/2024	Não
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 26,8300	30/01/2024	Não
23		GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 23,9700	26/01/2024	Não
24		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 27,6200	12/01/2024	Sim
25		TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 43,4900	11/01/2024	Sim
26		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 85,0000	10/01/2024	Não
27		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 75,0000	10/01/2024	Não
28		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 37,2000	10/01/2024	Sim
29		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	43	Unidade	R\$ 20,9900	10/01/2024	Não
30		EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 25,0000	09/01/2024	Não
31		PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 45,0000	29/12/2023	Sim
32		UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 23,2600	22/12/2023	Não
33		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 32,8800	21/12/2023	Sim
34		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - Compras.gov.br	130	Unidade	R\$ 24,4700	12/12/2023	Não
35		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 29,9500	12/12/2023	Sim

36		ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 38,9000	12/12/2023	Sim
37		MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 35,9000	08/12/2023	Sim
38		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	910	Unidade	R\$ 24,7000	07/12/2023	Não
39		INST.FED.DE EDUC.,CIENC,E TEC, DE ALAGOAS - Compras.gov.br	119	Unidade	R\$ 26,8700	28/11/2023	Não
40		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 60,0000	20/11/2023	Não
41		EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 25,6000	17/10/2023	Não
42		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	57	Unidade	R\$ 27,4400	10/10/2023	Sim
43		INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 25,0800	10/10/2023	Não
44		INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC, GOIANO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 37,5000	04/10/2023	Sim
45		UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA - Compras.gov.br	248	Unidade	R\$ 1,0000	29/09/2023	Não
46		UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA - Compras.gov.br	149	Unidade	R\$ 1,0000	29/09/2023	Não
47		UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA - Compras.gov.br	496	Unidade	R\$ 1,0000	29/09/2023	Não
48		PREFEITURA DE IVATUBA - PR - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 43,2300	28/09/2023	Sim
49		INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	159	Unidade	R\$ 24,0000	21/09/2023	Não
50		UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 34,9400	06/09/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 13

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
454500 - Cimento Portland Material: Clinker , Tipo: Cp li - F 32		Saco 50 Quilograma	10				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	 Mediana	Coefficiente de Variação: 10,4778%				
R\$ 34,5900	R\$ 41,1519	R\$ 41,5000	Desvio Padrão: 4,3118				
Maior Preço: R\$ 49,6100							
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	370	Saco 50 Quilograma	R\$ 38,8900	27/08/2024	Sim
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUA - Compras.gov.br	1000	Saco 50 Quilograma	R\$ 48,0000	26/08/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Saco 50 Quilograma	R\$ 44,5000	23/08/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Saco 50 Quilograma	R\$ 44,5000	23/08/2024	Sim
5	I	ASSOCIAÇÃO A.E.C.E.CRISTO REI /PEDRO AFONSO/TO - Compras.gov.br	20	Saco 50 Quilograma	R\$ 53,4300	22/08/2024	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	550	Saco 50 Quilograma	R\$ 60,0000	16/08/2024	Não

7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2750	Saco 50 Quilograma	R\$ 51,9900	16/08/2024	Não
8		PREFEITURA DE NOVAS TEBAS - PR - Compras.gov.br	600	Saco 50 Quilograma	R\$ 38,9000	14/08/2024	Sim
9		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	8000	Saco 50 Quilograma	R\$ 37,0000	14/08/2024	Sim
10		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	319	Saco 50 Quilograma	R\$ 32,9000	14/08/2024	Não
11		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2500	Saco 50 Quilograma	R\$ 32,9000	14/08/2024	Não
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Saco 50 Quilograma	R\$ 35,0000	14/08/2024	Sim
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25000	Saco 50 Quilograma	R\$ 46,5000	13/08/2024	Sim
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Saco 50 Quilograma	R\$ 49,6100	13/08/2024	Sim
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Saco 50 Quilograma	R\$ 49,6200	13/08/2024	Não
16		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1000	Saco 50 Quilograma	R\$ 35,5000	12/08/2024	Não
17		JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	150	Saco 50 Quilograma	R\$ 36,9000	09/08/2024	Sim
18		FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	60	Saco 50 Quilograma	R\$ 68,0000	08/08/2024	Não
19		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	300	Saco 50 Quilograma	R\$ 32,7700	02/08/2024	Não
20		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Saco 50 Quilograma	R\$ 44,9000	01/08/2024	Sim
21		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Saco 50 Quilograma	R\$ 38,8000	01/08/2024	Sim
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	250	Saco 50 Quilograma	R\$ 60,0000	01/08/2024	Não
23		UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	200	Saco 50 Quilograma	R\$ 24,3000	31/07/2024	Não
24		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Saco 50 Quilograma	R\$ 27,0000	30/07/2024	Não
25		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Saco 50 Quilograma	R\$ 31,0000	25/07/2024	Não
26		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	281	Saco 50 Quilograma	R\$ 31,0000	25/07/2024	Não
27		PREFEITURA DE SERTANOPOLIS - PR - Compras.gov.br	840	Saco 50 Quilograma	R\$ 29,9700	25/07/2024	Não
28		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	836	Saco 50 Quilograma	R\$ 22,0000	25/07/2024	Não
29		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Saco 50 Quilograma	R\$ 39,8000	24/07/2024	Sim
30		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Saco 50 Quilograma	R\$ 38,4900	23/07/2024	Sim
31		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Saco 50 Quilograma	R\$ 22,4000	17/07/2024	Não
32		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Saco 50 Quilograma	R\$ 36,0000	16/07/2024	Sim
33		INST.FED.DE EDUC.,CIENC,E TEC, BAIANO - Compras.gov.br	1	Saco 50 Quilograma	R\$ 43,0000	15/07/2024	Sim
34		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Saco 50 Quilograma	R\$ 42,4000	12/07/2024	Sim
35		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	765	Saco 50 Quilograma	R\$ 45,8000	12/07/2024	Sim
36		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Saco 50 Quilograma	R\$ 32,5000	10/07/2024	Não
37		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	2000	Saco 50 Quilograma	R\$ 35,4400	10/07/2024	Sim
38		ESP-UNIV ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP - Compras.gov.br	20	Saco 50 Quilograma	R\$ 33,0000	10/07/2024	Não
39		INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	150	Saco 50 Quilograma	R\$ 37,3900	05/07/2024	Sim

40	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	80	Saco 50 Quilograma	R\$ 44,9000	04/07/2024	Sim
41	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1020	Saco 50 Quilograma	R\$ 33,6000	28/06/2024	Não
42	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Saco 50 Quilograma	R\$ 41,5000	27/06/2024	Sim
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2000	Saco 50 Quilograma	R\$ 41,5000	27/06/2024	Sim
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Saco 50 Quilograma	R\$ 32,2600	26/06/2024	Não
45	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	10	Saco 50 Quilograma	R\$ 31,2200	25/06/2024	Não
46	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	150	Saco 50 Quilograma	R\$ 32,0000	21/06/2024	Não
47	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Saco 50 Quilograma	R\$ 34,5900	19/06/2024	Sim
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	35	Saco 50 Quilograma	R\$ 47,9000	18/06/2024	Sim
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1820	Saco 50 Quilograma	R\$ 41,9000	17/06/2024	Sim
50	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Saco 50 Quilograma	R\$ 36,9900	17/06/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 14

Descrição do item

280971 - Areia Tipo: Normal Brasileira , Granulometria: Média Grossa

Unidade de Fornecimento

Metro Cúbico

Quantidade

3


Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 115,0000

Média

R\$ 144,6570

 Mediana

R\$ 136,3900

Coefficiente de Variação: 16,6922%

Desvio Padrão: 24,1464

Maior Preço: R\$ 178,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE SAO LUIS DO QUITUNDE - AL - Compras.gov.br	500	Metro Cúbico	R\$ 95,0000	13/08/2024	Não
2	I	PREFEITURA DE SAO LUIS DO QUITUNDE - AL - Compras.gov.br	1500	Metro Cúbico	R\$ 95,0000	13/08/2024	Não
3	I	ESP-UNIV ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP - Compras.gov.br	18	Metro Cúbico	R\$ 165,0000	06/08/2024	Sim
4	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	4000	Metro Cúbico	R\$ 79,0000	15/07/2024	Não
5	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	12000	Metro Cúbico	R\$ 79,0000	15/07/2024	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	700	Metro Cúbico	R\$ 56,0000	10/07/2024	Não
7	I	PREFEITURA DE UNIAO DOS PALMARES - AL - Compras.gov.br	3477	Metro Cúbico	R\$ 76,7900	25/06/2024	Não
8	I	PREFEITURA DE UNIAO DOS PALMARES - AL - Compras.gov.br	523	Metro Cúbico	R\$ 81,7900	25/06/2024	Não
9	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	1890	Metro Cúbico	R\$ 46,9800	21/06/2024	Não
10	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	630	Metro Cúbico	R\$ 46,9800	21/06/2024	Não
		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO					

11		PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5	Metro Cúbico	R\$ 115,0000	21/06/2024	Sim
12		PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	3	Metro Cúbico	R\$ 74,9000	19/06/2024	Não
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Metro Cúbico	R\$ 58,0000	13/06/2024	Não
14		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	500	Metro Cúbico	R\$ 105,6000	21/05/2024	Não
15		PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	1500	Metro Cúbico	R\$ 105,6000	21/05/2024	Não
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	227	Metro Cúbico	R\$ 73,5000	02/05/2024	Não
17		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6	Metro Cúbico	R\$ 193,6000	29/04/2024	Não
18		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC,DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	10	Metro Cúbico	R\$ 194,0000	03/04/2024	Não
19		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	12	Metro Cúbico	R\$ 171,9900	22/03/2024	Não
20		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	250	Metro Cúbico	R\$ 128,7800	20/03/2024	Sim
21		UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	250	Metro Cúbico	R\$ 128,7800	20/03/2024	Sim
22		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	35	Metro Cúbico	R\$ 83,0000	15/03/2024	Não
23		PREFEITURA DE SANTA HELENA - PR - Compras.gov.br	300	Metro Cúbico	R\$ 117,0000	06/03/2024	Não
24		PREFEITURA DE SANTA HELENA - PR - Compras.gov.br	900	Metro Cúbico	R\$ 91,0000	06/03/2024	Não
25		PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	120	Metro Cúbico	R\$ 144,0000	05/03/2024	Sim
26		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	Metro Cúbico	R\$ 93,9000	02/02/2024	Não
27		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Metro Cúbico	R\$ 95,0000	01/02/2024	Não
28		PREFEITURA DE MARMELEIRO - PR - Compras.gov.br	151	Metro Cúbico	R\$ 178,0000	29/01/2024	Sim
29		PREFEITURA DE MARMELEIRO - PR - Compras.gov.br	454	Metro Cúbico	R\$ 178,0000	29/01/2024	Sim
30		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Metro Cúbico	R\$ 169,0100	29/01/2024	Sim
31		MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	20	Metro Cúbico	R\$ 121,9000	28/12/2023	Não
32		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC, BAIANO - Compras.gov.br	5	Metro Cúbico	R\$ 420,0000	28/12/2023	Não
33		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	4	Metro Cúbico	R\$ 267,3300	27/12/2023	Não
34		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	2880	Metro Cúbico	R\$ 34,5000	14/12/2023	Não
35		EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	200	Metro Cúbico	R\$ 80,0000	17/11/2023	Não
36		PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	567	Metro Cúbico	R\$ 76,0000	14/11/2023	Não
37		PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	1703	Metro Cúbico	R\$ 76,0000	14/11/2023	Não
38		PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	50	Metro Cúbico	R\$ 113,0000	08/11/2023	Não
39		PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	450	Metro Cúbico	R\$ 115,0000	08/11/2023	Não
40		PREFEITURA DE SALTO DO LONTRA - PR - Compras.gov.br	500	Metro Cúbico	R\$ 151,7900	24/10/2023	Não
41		UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	10	Metro Cúbico	R\$ 120,0000	29/09/2023	Sim
42		UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA - Compras.gov.br	706	Metro Cúbico	R\$ 1,0000	29/09/2023	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 15

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

486732 - Pó De Pedra Material: Pedra Britada , Aplicação: Concreto , Características Adicionais: Granulometria 3,16"


Metro Cúbico

3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

 Mediana

Coefficiente de Variação: 16,4806%

R\$ 150,9000

R\$ 203,3430

R\$ 195,0000

Desvio Padrão: 33,5121

Maior Preço: R\$ 246,1300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Metro Cúbico	R\$ 129,0700	23/08/2024	Não
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3500	Metro Cúbico	R\$ 129,0700	23/08/2024	Não
3		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1200	Metro Cúbico	R\$ 129,0700	23/08/2024	Não
4		PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC - Compras.gov.br	1	Metro Cúbico	R\$ 20,819,2000	15/08/2024	Não
5		UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Compras.gov.br	20	Metro Cúbico	R\$ 240,0600	14/08/2024	Sim
6		ESP-SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - Compras.gov.br	12	Metro Cúbico	R\$ 230,7500	13/08/2024	Sim
7		ESP-SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - Compras.gov.br	3	Metro Cúbico	R\$ 190,0000	09/08/2024	Sim
8		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	400	Metro Cúbico	R\$ 129,0000	30/07/2024	Não
9		PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO - MG - Compras.gov.br	500	Metro Cúbico	R\$ 84,5000	26/07/2024	Não
10		PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO - MG - Compras.gov.br	500	Metro Cúbico	R\$ 84,3000	26/07/2024	Não
11		PREFEITURA DE CAFELÂNDIA - PR - Compras.gov.br	700	Metro Cúbico	R\$ 79,7900	25/07/2024	Não
12		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	50	Metro Cúbico	R\$ 76,5000	25/07/2024	Não
13		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	2	Metro Cúbico	R\$ 97,4800	24/07/2024	Não
14		ESTADO DA PARAÍBA - Compras.gov.br	10	Metro Cúbico	R\$ 200,0000	24/07/2024	Sim
15		ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	1000	Metro Cúbico	R\$ 86,8800	15/07/2024	Não
16		ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	3000	Metro Cúbico	R\$ 86,8800	15/07/2024	Não
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	313	Metro Cúbico	R\$ 161,2100	12/07/2024	Sim
18		ESP-SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - Compras.gov.br	5	Metro Cúbico	R\$ 187,0000	11/07/2024	Sim
19		ESP-SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - Compras.gov.br	6	Metro Cúbico	R\$ 148,0000	10/07/2024	Não
20		PREFEITURA DE MARECHAL CANDIDO RONDON - PR - Compras.gov.br	2380	Metro Cúbico	R\$ 100,0000	03/07/2024	Não

21		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	180	Metro Cúbico	R\$ 99,9900	02/07/2024	Não
22		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	510	Metro Cúbico	R\$ 100,2700	02/07/2024	Não
23		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	510	Metro Cúbico	R\$ 100,2700	02/07/2024	Não
24		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	510	Metro Cúbico	R\$ 100,2700	02/07/2024	Não
25		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	510	Metro Cúbico	R\$ 96,9000	02/07/2024	Não
26		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	510	Metro Cúbico	R\$ 97,0000	02/07/2024	Não
27		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	510	Metro Cúbico	R\$ 92,9900	02/07/2024	Não
28		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	510	Metro Cúbico	R\$ 92,9900	02/07/2024	Não
29		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	11250	Metro Cúbico	R\$ 100,0000	02/07/2024	Não
30		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1596	Metro Cúbico	R\$ 181,2500	25/06/2024	Sim
31		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	260	Metro Cúbico	R\$ 128,9000	06/06/2024	Não
32		PREFEITURA DE CAPANEMA - PR - Compras.gov.br	5000	Metro Cúbico	R\$ 54,9500	03/06/2024	Não
33		PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	100	Metro Cúbico	R\$ 152,1400	29/05/2024	Não
34		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	500	Metro Cúbico	R\$ 93,6000	02/05/2024	Não
35		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	7808	Metro Cúbico	R\$ 124,5000	24/04/2024	Não
36		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	556	Metro Cúbico	R\$ 124,5000	24/04/2024	Não
37		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	540	Metro Cúbico	R\$ 246,1300	24/04/2024	Sim
38		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	125	Metro Cúbico	R\$ 246,1300	24/04/2024	Sim
39		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	130	Metro Cúbico	R\$ 118,8000	18/04/2024	Não
40		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	300	Metro Cúbico	R\$ 150,9000	16/04/2024	Sim
41		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	800	Metro Cúbico	R\$ 120,0000	03/04/2024	Não
42		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	3000	Metro Cúbico	R\$ 42,3300	02/04/2024	Não
43		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	3000	Metro Cúbico	R\$ 42,3200	02/04/2024	Não
44		PREFEITURA DE JANDAIA DO SUL - PR - Compras.gov.br	100	Metro Cúbico	R\$ 134,9000	01/04/2024	Não
45		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	7000	Metro Cúbico	R\$ 114,8000	21/03/2024	Não
46		PREFEITURA DE APUCARANA - PR - Compras.gov.br	385	Metro Cúbico	R\$ 70,0000	12/03/2024	Não
47		PREFEITURA DE APUCARANA - PR - Compras.gov.br	1540	Metro Cúbico	R\$ 67,5000	12/03/2024	Não
48		PREFEITURA DE APUCARANA - PR - Compras.gov.br	770	Metro Cúbico	R\$ 59,0000	12/03/2024	Não
49		PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	8886	Metro Cúbico	R\$ 142,1100	26/02/2024	Não
50		PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	534	Metro Cúbico	R\$ 144,9900	26/02/2024	Não

Legenda:
 Compra Anulada ou Revogada.

Item: 16

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
317322 - Tinta Pintura Predial Composição Básica: Água E Pva , Aspecto Físico: Líquido , Tipo Acabamento: Fosco , Cor: Concreto	Lata 18 Litro	8

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 30,8922%

R\$ 119,0000

R\$ 161,7300

R\$ 145,0000

Desvio Padrão: 49,9620

Maior Preço: R\$ 260,6200

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE SANTANA DO LIVRAMENTO - Compras.gov.br	2	Lata 18 Litro	R\$ 165,0000	19/08/2024	Sim
2	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	25	Lata 18 Litro	R\$ 125,0000	31/07/2024	Sim
3	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	65	Lata 18 Litro	R\$ 120,7600	30/07/2024	Sim
4	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	80	Lata 18 Litro	R\$ 450,0000	29/07/2024	Não
5	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	20	Lata 18 Litro	R\$ 206,0000	16/07/2024	Não
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	200	Lata 18 Litro	R\$ 98,9000	10/07/2024	Não
7	I	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS/TO - Compras.gov.br	10	Lata 18 Litro	R\$ 260,6200	09/07/2024	Sim
8	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	20	Lata 18 Litro	R\$ 119,0000	06/06/2024	Sim
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	580	Lata 18 Litro	R\$ 180,0000	22/12/2023	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	145	Lata 18 Litro	R\$ 99,0000	20/12/2023	Não
11	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Lata 18 Litro	R\$ 105,0000	18/10/2023	Não
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Lata 18 Litro	R\$ 427,0000	22/09/2023	Não
13	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	150	Lata 18 Litro	R\$ 171,0000	21/09/2023	Não
14	I	PREFEITURA DE ARAGUARI - MG - Compras.gov.br	20	Lata 18 Litro	R\$ 185,0000	21/09/2023	Não
15	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	10	Lata 18 Litro	R\$ 197,0000	11/09/2023	Não
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Lata 18 Litro	R\$ 228,0000	06/09/2023	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 17

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

600895 - Tinta Pintura Predial Composição Básica: Água, Pigmentos Ativos E Inertes, Coalecentes , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Tipo Acabamento: Fosco Aveludado , Cor: Azul Del Rey , Características Adicionais: Latex

Galão 3,6 Litro

13

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 41,2919%

R\$ 98,0000

R\$ 148,7420

R\$ 100,8400

Desvio Padrão: 61,4184

Maior Preço: R\$ 237,5100

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	2	Galão 3,6 Litro	R\$ 50,0000	30/08/2024	Não
2	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	163	Galão 3,6 Litro	R\$ 228,0000	12/03/2024	Não
3	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	313	Galão 3,6 Litro	R\$ 100,8400	12/03/2024	Sim
4	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	278	Galão 3,6 Litro	R\$ 98,6200	12/03/2024	Sim
5	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	390	Galão 3,6 Litro	R\$ 20,0000	11/03/2024	Não
6	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	145	Galão 3,6 Litro	R\$ 19,0000	11/03/2024	Não
7	I	PREFEITURA DE SANTANA DO LIVRAMENTO - Compras.gov.br	4	Galão 3,6 Litro	R\$ 98,0000	07/12/2023	Sim
8	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2	Galão 3,6 Litro	R\$ 208,2200	27/10/2023	Não
9	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2	Galão 3,6 Litro	R\$ 237,5100	27/10/2023	Sim
10	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2	Galão 3,6 Litro	R\$ 208,7400	27/10/2023	Sim
11	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2	Galão 3,6 Litro	R\$ 338,0100	27/10/2023	Não
12	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Galão 3,6 Litro	R\$ 365,9900	27/10/2023	Não
13	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Galão 3,6 Litro	R\$ 296,9900	27/10/2023	Não
14	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2	Galão 3,6 Litro	R\$ 296,0000	27/10/2023	Não
15	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Galão 3,6 Litro	R\$ 184,0000	27/10/2023	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 18

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

418339 - Tinta Acrilica Componentes: Água, Resina Acrilica E Pigmentos , Cor: Branca , Tipo Acabamento: Fosco


Lata 18 Litro

13

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

 Mediana

Coefficiente de Variação: 12,8726%

R\$ 118,0000

R\$ 142,8488

R\$ 139,7950

Desvio Padrão: 18,3883

Maior Preço: R\$ 171,3000

Método de cálculo adotado: Mediana


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	250	Lata 18 Litro	R\$ 194,0400	30/08/2024	Não
2	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	20	Lata 18 Litro	R\$ 160,0000	20/08/2024	Não
3	I	PREFEITURA DE SÃO LUIZ GONZAGA /RS - Compras.gov.br	145	Lata 18 Litro	R\$ 205,0000	01/08/2024	Não
4	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	750	Lata 18 Litro	R\$ 205,0000	31/07/2024	Não

		Especializados					
2	III	Torres Cabral 10.691,953/0001-05 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 249,9000	30/08/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Lata 18 Litro	R\$ 145,0000	22/07/2024	Não
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	190	Lata 18 Litro	R\$ 120,0000	16/07/2024	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	190	Lata 18 Litro	R\$ 106,0000	16/07/2024	Não
6	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	176	Lata 18 Litro	R\$ 91,9000	05/06/2024	Não
7	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Lata 18 Litro	R\$ 92,7500	20/05/2024	Não
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	62	Lata 18 Litro	R\$ 120,0000	23/04/2024	Não
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	65	Lata 18 Litro	R\$ 120,0000	23/04/2024	Não
10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO-MA - Compras.gov.br	500	Lata 18 Litro	R\$ 172,0000	13/03/2024	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	565	Lata 18 Litro	R\$ 134,0000	28/12/2023	Não
12	I	SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br	100	Lata 18 Litro	R\$ 125,0000	15/12/2023	Não
13	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	40	Lata 18 Litro	R\$ 218,7500	28/09/2023	Sim
14	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	40	Lata 18 Litro	R\$ 140,0000	28/09/2023	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 20

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
301781 - Tinta Acrilica Componentes: Água, Resina Acrilica, Pigmentos Orgânicos E Inor- , Aspecto Físico: Líquido Viscoso Colorido , Cor: Azul , Prazo Validade: 24 MÊS, Aplicação: Pisos Em Geral		Lata 18 Litro	4				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	 Mediana	Coefficiente de Variação: 13,1018%				
R\$ 148,0000	R\$ 179,5656	R\$ 181.0000	Desvio Padrão: 23,5263				
			Maior Preço: R\$ 220,0000				
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	285	Lata 18 Litro	R\$ 177,0000	31/07/2024	Sim
2	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	50	Lata 18 Litro	R\$ 181,0000	31/07/2024	Sim
3	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	6	Lata 18 Litro	R\$ 200,0000	25/06/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	405	Lata 18 Litro	R\$ 114,0000	23/04/2024	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	95	Lata 18 Litro	R\$ 199,9000	18/04/2024	Sim
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	698	Lata 18 Litro	R\$ 97,5000	16/04/2024	Não
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Lata 18 Litro	R\$ 220,0000	15/04/2024	Sim

8		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	89	Lata 18 Litro	R\$ 156,2000	27/03/2024	Sim
9		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Lata 18 Litro	R\$ 140,0000	15/02/2024	Não
10		DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	8	Lata 18 Litro	R\$ 148,0000	29/12/2023	Sim
11		UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	100	Lata 18 Litro	R\$ 185,0000	13/12/2023	Sim
12		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - Compras.gov.br	100	Lata 18 Litro	R\$ 148,9900	30/11/2023	Sim
13		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	55	Lata 18 Litro	R\$ 135,0100	05/10/2023	Não
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	90	Lata 18 Litro	R\$ 210,0000	06/09/2023	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 21

Descrição do item

467559 - Trincha Material Cabo: Plástico , Material Cerdas: Sintética , Tamanho: 2 PO

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

10

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 2,9600

Média

R\$ 6,9093

 Mediana

R\$ 7,5800

Coefficiente de Variação: 27,0765%

Desvio Padrão: 1,8708

Maior Preço: R\$ 9,7700

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 8,9000	28/08/2024	Sim
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 3,0500	27/08/2024	Não
3		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 5,1500	27/08/2024	Sim
4		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 8,8500	27/08/2024	Sim
5		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 6,0000	26/08/2024	Sim
6		COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 7,5800	29/08/2024	Sim
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 4,0000	22/08/2024	Não
8		ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	272	Unidade	R\$ 4,4900	19/08/2024	Não
9		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 3,9700	16/08/2024	Não
10		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 3,3000	14/08/2024	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 7,6500	13/08/2024	Sim
12		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 3,5800	09/08/2024	Não
13		MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 14,9900	09/08/2024	Não
14		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 3,3000	07/08/2024	Não

15		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	140	Unidade	R\$ 2,6600	07/08/2024	Não
16		PREFEITURA DE NOVA FATIMA - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 8,9000	06/08/2024	Sim
17		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	4	Unidade	R\$ 6,9500	06/08/2024	Sim
18		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras, gov.br	150	Unidade	R\$ 5,4000	05/08/2024	Não
19		FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 5,8900	30/07/2024	Não
20		FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 1,6900	30/07/2024	Não
21		FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	82	Unidade	R\$ 1,3000	30/07/2024	Não
22		FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	62	Unidade	R\$ 1,1000	30/07/2024	Não
23		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	2	Unidade	R\$ 9,7700	30/07/2024	Sim
24		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	198	Unidade	R\$ 4,5400	25/07/2024	Não
25		GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 3,2500	24/07/2024	Não
26		COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	100	Unidade	R\$ 4,2500	24/07/2024	Não
27		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	10	Unidade	R\$ 4,0000	24/07/2024	Não
28		COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	100	Unidade	R\$ 2,7500	24/07/2024	Não
29		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	10	Unidade	R\$ 4,0500	23/07/2024	Não
30		COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	800	Unidade	R\$ 2,9600	17/07/2024	Não
31		ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 5,0800	16/07/2024	Não
32		COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	870	Unidade	R\$ 2,9600	16/07/2024	Sim
33		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	5	Unidade	R\$ 7,9000	15/07/2024	Sim
34		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 3,7300	12/07/2024	Não
35		COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	267	Unidade	R\$ 2,7600	12/07/2024	Não
36		COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	75	Unidade	R\$ 2,9000	10/07/2024	Não
37		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	485	Unidade	R\$ 2,5000	10/07/2024	Não
38		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	10	Unidade	R\$ 7,1500	10/07/2024	Não
39		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	1990	Unidade	R\$ 3,3500	09/07/2024	Não
40		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	5	Unidade	R\$ 7,7000	08/07/2024	Sim
41		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	50	Unidade	R\$ 4,7000	08/07/2024	Sim
42		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	10	Unidade	R\$ 4,8000	05/07/2024	Sim
43		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	5	Unidade	R\$ 2,9500	04/07/2024	Não
44		COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	300	Unidade	R\$ 2,5000	03/07/2024	Não
45		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 5,8300	03/07/2024	Sim
		COMANDO DA MARINHA - Compras,					

46	I	gov.br	356	Unidade	R\$ 3,7000	03/07/2024	Não
47	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 4,8500	03/07/2024	Não
48	I	ESP-FUND.PROF.DR.M PEDRO PIMENT-FUNAP - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 3,9700	02/07/2024	Não
49	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	320	Unidade	R\$ 3,1100	01/07/2024	Não
50	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	5	Unidade	R\$ 2,9000	24/06/2024	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 22

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
467560 - Trincha Material Cabo: Plástico , Material Cerdas: Sintética , Tamanho: 4 PO		Unidade	10
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	 Mediana	Coefficiente de Variação: 14,1907%
R\$ 10,3800	R\$ 12,2580	R\$ 12,0000	Desvio Padrão: 1,7395
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 15,1400

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	150	Unidade	R\$ 6,7000	27/08/2024	Não
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 9,0000	22/08/2024	Não
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 8,3500	19/08/2024	Não
4	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 10,3800	16/08/2024	Sim
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	16	Unidade	R\$ 4,0300	09/08/2024	Não
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	60	Unidade	R\$ 6,1200	07/08/2024	Não
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	150	Unidade	R\$ 6,0000	06/08/2024	Não
8	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 7,9500	30/07/2024	Não
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 1,9500	26/07/2024	Não
10	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	178	Unidade	R\$ 9,0000	25/07/2024	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	800	Unidade	R\$ 8,1400	17/07/2024	Não
12	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 12,0000	16/07/2024	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	570	Unidade	R\$ 7,4000	16/07/2024	Não
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	336	Unidade	R\$ 6,1200	12/07/2024	Não
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	1135	Unidade	R\$ 8,0900	09/07/2024	Não
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	50	Unidade	R\$ 7,5000	08/07/2024	Não
		ESTADO DE SAO PAULO - Compras,					

17	I	gov.br	40	Unidade	R\$ 9,0000	05/07/2024	Não
18	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras, gov.br	40	Unidade	R\$ 6,8900	05/07/2024	Não
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 15,1400	04/07/2024	Sim
20	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	300	Unidade	R\$ 6,1000	03/07/2024	Não
21	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	10	Unidade	R\$ 7,0000	19/06/2024	Não
22	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 13,1000	18/06/2024	Sim
23	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 10,6700	14/06/2024	Sim
24	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras, gov.br	20	Unidade	R\$ 7,3300	12/06/2024	Não
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	200	Unidade	R\$ 8,0800	12/06/2024	Não
26	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 1,8800	27/05/2024	Não
27	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 1,1700	27/05/2024	Não
28	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 6,8900	27/05/2024	Não
29	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 4,8600	27/05/2024	Não
30	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 1,5700	27/05/2024	Não
31	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2,4900	27/05/2024	Não
32	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 19,8900	27/05/2024	Não
33	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 9,8900	27/05/2024	Não
34	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 54,9900	27/05/2024	Não
35	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 59,9900	27/05/2024	Não
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	5	Unidade	R\$ 5,4500	20/05/2024	Não
37	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	30	Unidade	R\$ 8,8000	15/05/2024	Não
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	20	Unidade	R\$ 9,0000	02/05/2024	Não
39	I	ESTADO DAS ALAGOAS - Compras.gov, br	50	Unidade	R\$ 17,0000	29/04/2024	Não
40	I	GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE - Compras.gov.br	159	Unidade	R\$ 5,9700	26/04/2024	Não
41	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 7,2400	23/04/2024	Não
42	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 9,3000	15/04/2024	Não
43	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	30	Unidade	R\$ 8,9900	12/04/2024	Não
44	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	15	Unidade	R\$ 9,3700	12/04/2024	Não
45	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 10,0000	19/03/2024	Não
46	I	PREFEITURA DE PIRAQUARA - PR - Compras.gov.br	85	Unidade	R\$ 4,9900	18/03/2024	Não
47	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras, gov.br	50	Unidade	R\$ 9,0000	15/03/2024	Não
		COMANDO DA MARINHA - Compras,					

48	I	gov.br	10	Unidade	R\$ 9,6100	14/03/2024	Não
49	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	30	Unidade	R\$ 8,3500	14/03/2024	Não
50	I	COMANDO DA MARINHA - Compras, gov.br	30	Unidade	R\$ 8,0400	11/03/2024	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 23

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

347803 - Argamassa Composição: Resina Epóxi E Aditivos Especiais , Cor: Cinza , Características Adicionais: Ancoragem Química , Tipo: Colante Flexível


Saco 25 Quilograma

2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

 Mediana

Coefficiente de Variação: 15,9856%

R\$ 117,6200

R\$ 146,5567

R\$ 147,0500

Desvio Padrão: 23,4279

Maior Preço: R\$ 175,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	Supertec Impermeabilizantes - 32.710,700/0001-66 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 175,0000	30/08/2024	Sim
2	III	Impermarket by Spazio - 06,085,483 /0001-50 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 147,0500	30/08/2024	Sim
3	III	Fast Obra - 02,559,428/0001-02 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 117,6200	30/08/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 24

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

404300 - Revestimento Cerâmico Padrão Visual: Liso , Classe Abrasão: Pei 5 , Cor: Bege , Comprimento: 30 CM, Largura: 30 CM, Características Adicionais: Esmaltada


Metro Quadrado

21

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

 Mediana

Coefficiente de Variação: 21,0384%

R\$ 87,9000

R\$ 118,5667

R\$ 118,8000

Desvio Padrão: 24,9445

Maior Preço: R\$ 149,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	Santo Antonio Materiais para Construção - 21.162,998/0001-09 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 118,8000	30/08/2024	Sim
2	III	Leroy Merlin - 01,438,784/0048-60 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 87,9000	05/09/2024	Sim

3	III	Magazine Luiza - 47,960,950/1088-36 - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 149,0000	05/09/2024	Sim
4	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov. br	1420	Metro Quadrado	R\$ 43,9300	05/10/2023	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 06/09/2024 08:02

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre (X-μ)², onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Anexo VII - EXTRATO DE EMPENHO.pdf

EXRATO DE EMPENHO

Nota de Empenho:

Processo SEI nº 006.00323503/2024-77

Modalidade de Licitação: Dispensa Eletrônica (Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021).

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DESTA UNIDADE PRISINAL.

Contratante: Penitenciária “João Batista de Arruda Sampaio”

Contratada:

Valor do Empenho:

Data da celebração:

UGE 380159

Elemento Econômico 339030

PTRES: 380506

Categoria Funcional Programática: 14421381561370000

Prazo de vigência: